

O TRIBUNAL DE CONTAS: ALÉM DA FISCALIZAÇÃO, UM PILAR EDUCADOR DA BOA GESTÃO PÚBLICA.

Carlos Pessoa de Aquino*

Quando pensamos nos Tribunais de Contas (TCs), a imagem que geralmente nos vem à mente é a de um órgão austero, focado em fiscalizar, julgar e, se necessário, punir desvios na gestão dos recursos públicos. Essa percepção, embora correta em sua essência, captura apenas uma parte da atuação multifacetada dessas instituições. Na realidade, estes Órgãos de Contas têm cultivado um papel cada vez mais proeminente e crucial: o de **instituições educadoras**. Longe de ser um desvio de suas funções precípuas, essa vertente pedagógica é, na verdade, um aprimoramento estratégico que fortalece o controle e beneficia toda a sociedade.

A função fiscalizatória é, sem dúvida, a espinha dorsal do Tribunal de Contas. No entanto, a mera repressão de irregularidades, por si só, não garante a melhoria contínua da gestão pública. É aí que entra o braço educador. Ao invés de apenas detectar eventuais equívocos e falhas, o TCE, como educador, busca **preveni-lo**, orientando gestores e conscientizando as administrações públicas e a população sobre as boas práticas, os caminhos da legalidade, da eficiência e da transparência.

O Foco na Prevenção e na Capacitação

O cerne do papel educador reside na **capacitação**. Através de suas Escolas de Contas, os quais promovem uma série de iniciativas formativas:

- **Cursos e Workshops:** Abrangem desde o básico das licitações e contratos até temas complexos como contabilidade pública, gestão de convênios e aplicação de recursos em áreas sensíveis como saúde e educação. Essa formação continuada é vital para que os gestores, muitas vezes rotativos e com diferentes níveis de experiência, possam executar suas funções com o conhecimento técnico necessário.
- **Publicações e Guias Orientativos:** Desburocratizar a informação é essencial. Cartilhas, manuais e guias práticos traduzem a linguagem jurídica e técnica para um formato mais

acessível, auxiliando municípios, estados e a própria União a se adequarem às normas.

- **Alertas e Recomendações:** Antes mesmo de um processo de auditoria formal ou uma penalidade, O Tribunal de Contas da Paraíba emite alertas e recomendações. Isso oferece aos gestores a oportunidade de corrigir falhas ou desvios em tempo hábil, sem que a infração se consolide, poupando recursos públicos e evitando desgastes desnecessários. É um verdadeiro "**chamar a atenção para o caminho certo**" antes que a pedra se torne um tropeço.

A importância do Controle Social e da Cidadania

A atuação educadora dos Tribunais de Contas não se restringe apenas aos gestores públicos. Ela se estende à **sociedade civil**, fomentando o controle social. Ao capacitar o cidadão comum, o Tribunal instrumentaliza a população a entender como o dinheiro público é gasto, a identificar possíveis irregularidades e a cobrar dos seus representantes. Projetos como "Controle Social na Escola" ou campanhas de conscientização que a Ecosil ministra por todos os Estado, mostram que a cidadania fiscalizadora é um pilar fundamental da democracia. Um cidadão bem informado é um aliado poderoso na luta contra a corrupção e o desperdício.

Desafios e Oportunidades Futuras

Embora a vertente educadora esteja em ascensão, ainda há desafios. A própria cultura de fiscalização, que muitas vezes é reativa, precisa ceder mais espaço a uma postura proativa de orientação. Investir em tecnologia para disseminar conhecimento, criar plataformas interativas e personalizar o conteúdo para diferentes públicos são oportunidades a serem exploradas. Além disso, a coordenação com órgãos de controle interno e externo é crucial para que a mensagem educacional seja coesa e eficaz.

Em suma, o Tribunal de Contas, ao assumir e fortalecer sua missão como instituição educadora, transcende a mera função de controlador das contas públicas. Ele se posiciona como um **agente de transformação**, que, ao invés de apenas punir o erro, ilumina o caminho para a excelência na gestão pública. É um investimento no capital humano e na inteligência da administração, pavimentando o futuro com mais transparência, eficiência, acima de tudo, respeito

aos recursos públicos. Afinal, uma gestão pública bem orientada é a base para uma sociedade mais justa e próspera.

O Tribunal de Contas: De Guardiã das Contas a Farol da Boa Gestão Pública

A visão tradicional dos Tribunais de Contas os posiciona primariamente como **órgãos de controle externo**, com a missão de fiscalizar, julgar e sancionar a má aplicação dos recursos públicos. Essa função, vital para a integridade da administração, é inegavelmente a pedra angular de sua existência. Contudo, em um cenário de crescentes desafios na gestão pública e na demanda por mais transparência e eficiência, a atuação dos TCs tem se expandido significativamente. Hoje, mais do que meros fiscalizadores, eles emergem como verdadeiras **instituições de orientação, esclarecimento, educação e norteamento**, essenciais para a construção de uma governança pública robusta e responsável.

Além da Fiscalização: A Essência do Norteamento e da Orientação

A incumbência de um órgão de controle externo norteador vai muito além da simples verificação de conformidade. Ele se materializa na capacidade de **guiar os gestores públicos** antes mesmo que irregularidades aconteçam. Isso significa:

- **Orientação Preventiva:** Em vez de esperar pelo erro para punir, os Tribunais de Contas investem em aconselhamento. Seja por meio de consultas formais, notas técnicas ou respostas a questionamentos de gestores, eles atuam como consultores de excelência, fornecendo interpretações de normas e diretrizes para a correta aplicação da lei e das boas práticas administrativas. Essa proatividade evita desvios e otimiza o uso do dinheiro público.
- **Esclarecimento Contínuo:** A complexidade da legislação brasileira e a velocidade das mudanças exigem um esforço constante de esclarecimento. Com seu corpo técnico especializado, desmistificam os entraves burocráticos, traduzindo o "juridiquês" e o "contabilês" para uma linguagem compreensível. Isso é fundamental para que gestores, muitas vezes sem formação específica em direito ou contabilidade, possam tomar decisões embasadas e seguras.

O Poder Transformador da Educação na Gestão Pública

O pilar educador é, talvez, o mais transformador da atuação ampliada dos TCs. Ele atua em múltiplas frentes para capacitar e conscientizar:

- **Formação de Gestores e Servidores:** As **Escolas de Contas** são o epicentro dessa ação. Elas oferecem uma vasta gama de cursos, seminários e palestras sobre temas críticos como licitações, contratos, convênios, contabilidade aplicada ao setor público, gestão de pessoal e políticas públicas setoriais (saúde, educação, saneamento). Essa capacitação contínua eleva o padrão de conhecimento e competência dos que lidam diretamente com o patrimônio público.
- **Fomento à Boa Governança:** A educação vai além do "saber fazer"; ela engloba o "saber gerir com integridade". Os TCs promovem a disseminação de princípios de governança, gestão de riscos, controle interno e ética na administração pública, incentivando uma cultura de integridade e responsabilidade.
- **Conscientização do Controle Social:** Educar não é apenas para os governantes, mas também para os governados. Os Tribunais investem na capacitação de cidadãos, conselheiros de políticas públicas e representantes da sociedade civil, ensinando-os a fiscalizar, a cobrar e a participar ativamente do controle dos gastos públicos. Ao empoderar o cidadão, o TCE/PB em especial, fortalece a democracia participativa e cria uma camada adicional de vigilância.
- **Divulgação de Boas Práticas:** Através de relatórios, publicações e eventos, os Tribunais de Contas não só apontam o que deu errado, mas também o que deu certo. A identificação e disseminação de boas práticas de gestão em diferentes esferas e níveis de governo servem de modelo e inspiração para outros gestores, promovendo a inovação e a eficiência.

Um Modelo de Atuação Integrado e Proativo

Ao abraçar esses papéis de orientação, esclarecimento, educação e norteamento, os Tribunais de Contas transcendem a imagem de meros "guardiões das contas". Eles se tornam **parceiros estratégicos da boa gestão pública**, atuando de forma proativa para prevenir desvios, otimizar recursos e garantir que os serviços públicos cheguem com qualidade à população. Essa abordagem integrada, que une fiscalização rigorosa à instrução contínua, é o caminho para uma administração pública mais eficiente, transparente e, sobretudo, alinhada aos anseios da sociedade. Não se trata apenas de corrigir o passado, mas de construir um futuro onde a gestão pública seja sinônimo de excelência e responsabilidade.

Por fim, é com imensa gratidão que nos dirigimos ao **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)** para expressar nosso profundo agradecimento pelo irrestrito e valioso apoio concedido à **Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil)**.

O desempenho das atividades da Ecosil, que incluem a capacitação de gestores públicos, a promoção do controle social e a disseminação de conhecimento essencial para a boa gestão dos recursos públicos, não seria possível sem a constante confiança e o suporte institucional do TCE-PB.

Essa parceria estratégica é a força motriz por trás de cada curso, palestra, seminário e publicação que a Ecosil oferece. O investimento do Tribunal na formação continuada de servidores, na orientação de administradores e no engajamento da sociedade civil demonstra um compromisso exemplar com a transparência, a eficiência e a probidade na aplicação do dinheiro público.

Acreditamos que, ao fortalecer sua Escola de Contas, o TCE-PB não apenas cumpre seu papel fiscalizatório, mas o eleva a um patamar de **instituição educadora e norteador**, contribuindo ativamente para a construção de uma Paraíba com governança cada vez mais responsável e alinhada aos anseios da cidadania.

Reiteramos nosso sincero agradecimento e a certeza de que essa colaboração continuará a render frutos significativos para o aprimoramento da Administração Pública em nosso Estado.

Advogado, Professor, Secretário da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira – ECOSIL do TCE/PB

09/06/2025